



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 3.118, DE 2025

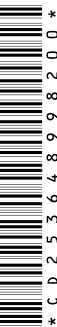
Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento de informações tributárias ao consumidor na exposição à venda de produtos e serviços.

Autor: Deputado GUSTAVO GAYER

Relator: Deputado DANIEL AGROBOM

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento de informações tributárias ao consumidor na exposição à venda de produtos e serviços. O projeto adiciona à referida Lei o art. 2º-A, que estabelece que, na exposição à venda de produtos ou serviços, por meios físicos ou virtuais, os fornecedores deverão disponibilizar ao consumidor, de forma acessível e clara, as seguintes informações: I – a identificação dos tributos que compõem a carga tributária, discriminando-se os tributos federais, estaduais e municipais incidentes, conforme rol previsto no §5º do art. 1º desta Lei; e II – o valor aproximado da carga tributária incidente sobre os produtos ou serviços comercializados, expressa em percentual médio ou faixas estimadas de valor. O PL dispõe, ainda, que essas informações poderão ser apresentadas: I – em painel ou tabela informativa afixada em local visível ao público; II – por meio eletrônico, inclusive mediante QR Code vinculado à descrição do produto ou serviço; III – em seção específica do sítio eletrônico ou aplicativo, nos casos de comércio digital.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Adicionalmente, o projeto versa sobre a simplificação dessa obrigação para as microempresas, assim definidas nos termos da Lei Complementar 123/2006 (Lei do Simples Nacional), que ficam autorizadas a informar a carga tributária média global de seus produtos ou serviços de forma simplificada.

Conforme a justificativa, o objetivo do PL é dar plena aplicação ao Código de Defesa do Consumidor, que prevê como direito básico do consumidor a informação adequada e clara a respeito dos tributos incidentes sobre produtos e serviços, conferindo maior efetividade ao princípio da transparência e estimulando a consciência fiscal da população.

A matéria foi distribuída às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II RICD), em regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

Em 22/07/2025, a matéria foi recebida por esta Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Em 25/08/2025, tive a honra de ser designado relator deste projeto. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, XXVIII), compete a esta Comissão de Indústria, Comércio e Serviços se pronunciar acerca do mérito do Projeto de Lei nº 3118 de 2025.

Cumprе ponderar, de início, que a Lei nº 12.741 de 2012 foi um importante avanço na concretização do princípio de transparência fiscal expresso no § 5º do art. 150 da Constituição, que estabelece limitações ao poder de tributar. A Constituição é clara ao firmar que

Art. 150.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

A Lei federal 12.741/2012 regulamentou esse dispositivo constitucional para o momento *posterior* ao pagamento, quando o consumidor recebe a nota fiscal em que estão discriminados os tributos que incidiram sobre a compra. O PL 3118/2025, por outro lado, visa a promover a transparência fiscal no momento *anterior* à compra, em que o consumidor está escolhendo os produtos ou serviços.

O Brasil atualmente tem carga tributária em torno de 33% do PIB, a maior da América Latina. Vale lembrar que, no século XVIII, a Coroa Portuguesa cobrava 20% de imposto sobre brasileiros, o chamado “quinto dos infernos”, e Tiradentes morreu lutando contra essa cobrança que era considerada abusiva na época. Como, pouco mais de 200 anos depois, chegamos a uma situação em que aceitamos que o Estado tome 33% de tudo o que produzimos? A carga tributária só vem aumentando historicamente, com o governo taxando cada vez mais o cidadão, e a maior intervenção do Estado na economia não tem gerado melhorias na vida da população. Com taxaço, o Estado tira dinheiro do setor privado e causa perda de bem-estar social conhecida na literatura econômica como “perda de peso morto”.

Acreditamos que é necessário, no mínimo, travar o crescimento da carga tributária, e, de preferência, reduzi-la, diminuindo o peso do Estado brasileiro sobre os ombros de quem produz e gera riqueza no país. Um dos possíveis mecanismos dessa trava é a conscientização da população sobre os tributos que pagamos diariamente. A carga tributária brasileira é concentrada mais no consumo do que na renda, de modo que ela fica mais imperceptível ao cidadão. Quando consome um produto ou serviço, o cidadão não sabe quanto está pagando de tributos naquilo, o que é bem diferente do imposto de renda, no qual o trabalhador sabe exatamente qual parcela da sua renda o governo está tomando. A Lei federal 12.741/2012 foi um importante avanço no sentido de esclarecer ao consumidor a carga tributária, mas a legislação precisa ser aperfeiçoada para abranger não só o momento pós-compra, mas também o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

anterior a ela, ajudando, inclusive, na escolha do consumidor sobre qual produto comprar.

Por isso, vem em boa hora este projeto de lei, que, além de fortalecer o princípio constitucional de transparência fiscal, pode trazer ganhos para a escolha do consumidor, já que obriga os estabelecimentos a evidenciar quanto custa o produto antes da intervenção do governo na economia e após, com incidência de todos os tributos que o consumidor pagará na compra.

Entre os exemplos internacionais que já adotam essa lei está o Japão, onde, a partir de 2021, os vendedores devem exibir dois preços: um cheio, com tributos incluídos, e outro sem tributos, para que o consumidor tenha maior clareza sobre quanto está pagando pelo produto e quanto está pagando ao governo.

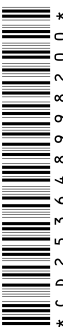


Etiquetas de preços em um supermercado japonês: em vermelho, está o preço sem tributos e, abaixo, em preto, está o preço final que inclui tributos.¹

Reconhecendo a relevância desta proposição para conscientizar a população sobre quanto exatamente está pagando em tributos sobre o consumo, apoiamos o PL 3118/2025 e propomos um substitutivo que visa a aperfeiçoar este meritório projeto.

O substitutivo consiste em alterar o conteúdo de dois parágrafos que já constam na Lei nº 12.741/2012: o § 2º e o § 3º do art. 1º. O PL 3118/2025 cria um novo artigo 2º-A na Lei nº 12.741/2012, o que, em nossa análise, geraria uma contradição interna no corpo da lei, pois os §§ 2º e 3º já

¹ Fonte: <https://www.timeout.com/tokyo/news/price-tags-in-japan-must-state-final-price-including-sales-tax-starting-april-1-032921>. Acesso em 17/09/2025.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

tratam da transparência fiscal para os produtos expostos à venda, mas estabelecem essa divulgação como uma *faculdade* (“*poderá constar*”). Para transformarmos a divulgação do montante tributário em uma *obrigatoriedade*, é preciso alterar esse parágrafo.

Ao alterar o conteúdo do § 2º da Lei 12.741/2012, prezamos pela simplificação e clareza, de modo que não incorporamos a sugestão da proposição original de exibir cada tributo separadamente, pois ficaria uma lista enorme e mais confundiria do que ajudaria o consumidor (note-se que a Lei 12.741/2012 enumera, no § 5º do art. 1º, *sete* tributos que deveriam ser evidenciados). Além disso, consideramos melhor que a informação seja apresentada em valor monetário, em moeda corrente, e não em percentuais, pois é uma forma mais simples, prática e perceptível ao consumidor. Achamos por bem que sejam divulgados ao consumidor, para maior clareza e melhor exequibilidade do projeto, apenas dois valores: o preço cheio, já inclusos todos os tributos, que o consumidor efetivamente pagará na compra, e o valor sem os tributos, como já é feito em outros países do mundo.

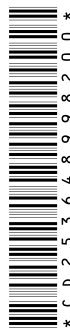
Quanto ao § 2º do art. 2º-A do PL original, que trata de benefícios a microempresas assim definidas na Lei Complementar 123/2006, não o incluímos na redação do substitutivo, pois avaliamos que o substitutivo já simplifica a obrigação não só para as microempresas, mas para *todas* as empresas, de modo que será necessário apenas informar dois preços: um bruto e outro líquido de tributos.

Portanto, diante da importância da transparência tributária para o crescimento econômico do país e, em particular, dos setores de indústria, comércio e serviços, manifestamos o nosso voto pela **aprovação** do PL 3118/2025 na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DANIEL AGROBOM

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

6

SUBSTITUTIVO AO PL 3118/2025

Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento de informações tributárias ao consumidor na exposição à venda de produtos e serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 2º e 3º do art. 1º da Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 2º Na exposição à venda de produtos ou serviços, por meios físicos ou digitais, os vendedores deverão disponibilizar ao consumidor, além do preço a ser pago pelo produto ou serviço, o preço líquido de todos os tributos.

§ 3º A informação de que trata o § 2º deste artigo deverá constar em todos os meios empregados para informar o preço ao consumidor: na etiqueta de preço em papel, ou no dispositivo eletrônico de consulta de preços no interior da loja, ou, nos casos de comércio digital, no aplicativo ou site na internet.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DANIEL AGROBOM
Relator

